



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **3001222-49.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Crimes Ambientais - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético**
 Documento de Origem: **TC, OF - 164/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 430/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor do Fato: **SÃO CARLOS S/A IND. COM. DE PAPEL E EMBALAGENS**
 Data da Audiência: **27/11/2013**

Aos 27 de novembro de 2013, às 13,00 horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DOUTOR CLÁUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta comarca, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de CRIME AMBIENTAL, verificou-se a presença do doutor MARCOS ROBERTO FUNARI, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato, SÃO CARLOS S/A IND. COM. DE PAPEL E EMBALAGENS, representada neste ato por ALDOMIRO PEDRINO da qual também é advogado. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 c.c. arts. 44 e 45, parágrafos 1º e 2º, do Código Penal, e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(a)(s) autor(a)(s) do fato a seguinte proposta: 1 – Reparação do dano será tratada no inquérito civil nº 14.0714.0002216/2013-5 da Promotoria do Meio Ambiente de São Carlos (7º PJ) porque ainda não há laudo dos danos ambientais que possibilitem acordo para implantação das medidas necessárias; 2- Prestação pecuniária consistente na doação de uma cesta básica no valor de **DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS**, a ser destinada para a entidade de escolha do(a)(s) autor(a)(s), tratando-se da instituição **CANTINHO FRATERNAL DONA MARIA JACINTA - RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 1000, (FONES: 3372-3669, 3372-3678, 3372-3679 e 3372-3414), CENTRO - SÃO CARLOS-SP**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, importará em execução judicial. Pelo(a)(s) autor(a)(s) da infração e o(a)(s) defensor(a)(s) foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a SÃO CARLOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL E EMBALAGENS e considerando que o Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)(s) acusado(a)(s), uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)(s) infrator(a)(s)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SÃO CARLOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL E EMBALAGENS, a pena acima especificada, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o Ministério Público, o(a)(s) autor(a)(es) do fato e o(a)(s) Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. O(a)(s) autor(a)(s) do fato saiu citado(a)(s) para cumprir a pena no prazo de dez dias a contar desta data. Caso não seja quitada a transação, o feito seguirá o seu curso, com o oferecimento de denúncia. Registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Emerson Evandro Conti, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Aldomiro Pedrino: